ISSN 2238-3948

PRÁTICAS DE LINGUAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Cristiane Caretta RODRIGUES[1]

Anailton de Souza GAMA[2]

Resumo: *A Educação Infantil tem como objetivo a educação da criança antes que ela entre no ensino obrigatório, compreendido como as Séries Iniciais da Educação Básica (1º ao 5º anos). As crianças inseridas na Educação Infantil são as crianças de zero até 06 anos de idade. Nesse período essas crianças são estimuladas através de atividades lúdicas e jogos cujo objetivo é o exercício de suas atividades motoras e cognitivas e também onde acontecem suas descobertas no processo de alfabetização. Esse artigo tem como objetivo investigar e discutir as práticas de linguagem apresentadas e desenvolvidas nesta etapa de escolarização, bem como apresentar metodologias e práticas de linguagem para esse público escolar.*
Palavras-Chave: *Educação Infantil; práticas de linguagem; metodologias de alfabetização.*

Abstract: *The Early Childhood Education has as objective the education of the child before it enters in compulsory education, understood as the Initial Series of Basic Education (1 to 5 years). The children entered in Early Childhood Education are children from zero to 06 years of age. During this period these children are stimulated through playful activities and games whose objective is the pursuit of their motor activities and cognitive and also where happen their discoveries in the literacy process.*
Key Words: *Early Childhood Education; practices of language; methodologies of literacy.*

Resumen: *La Educación de la Niñez Temprana tiene como objetivo la educación del niño antes de que entra en el sector de la enseñanza obligatoria, entendida como la serie inicial de la Educación Básica (de 1 a 5 años). Los niños entraron en la educación de la niñez temprana son los niños de cero a 06 años de edad. Durante este período los niños son estimulados mediante actividades lúdicas y juegos cuyo objetivo es la consecución de sus actividades motoras y cognitivas y también donde pasar sus descubrimientos en el proceso de alfabetización.*
Palabras clave: *Educación de la Primera Infancia; prácticas del lenguaje; metodologías de alfabetización.*

[1] Acadêmica do Curso de Pedagogia da ANAEC – Associação Novaandradinense de Educação e Cultura, de Nova Andradina-MS.
[2] Mestre em Letras – Estudos Linguísticos (UFMS), Doutorando em Letras – Estudos do Texto e Discurso (DINTER UFMS-UPM), Professor de Língua Portuguesa e Linguística.

1 História da Educação Infantil no Brasil

No Brasil, por volta da década de 1970, com o aumento do número de fábrica, iniciaram-se os movimentos de mulheres por igualdade de direitos bem como os movimentos de luta por políticas públicas, resultando na necessidade de criar um lugar para os filhos da massa operária, surgindo então as creches com um foco totalmente assistencialista visando apenas o "cuidar". Segundo Faria (1999), se os anos 70 voltaram para a mulher, nos anos 80 essa mulher voltou-se para as crianças. Foram, em geral, as feministas intelectualizadas de classe média e que eram contra a ditadura que passaram a pesquisar sobre a infância e assessorar os governos progressistas que, atendendo às reivindicações populares, prometeram creches nas suas campanhas eleitorais.

Só em 1988 teve início o reconhecimento da educação infantil quando, pela primeira vez, foi colocada como parte integrante da Constituição Federal de 1888, depois em 1990, com o Estatuto da Criança e do adolescente (ECA, Lei federal 8069/90). Entre os direitos estava o de atendimento em creches e pré-escolas para as crianças até os 6 anos de idade. Pela primeira vez na história, uma Constituição do Brasil faz referência aos direitos específicos das crianças, que não sejam aqueles circunscritos ao âmbito do Direito da Família.

De acordo com Campos; Rosemberg; Ferreira (1995), também, pela primeira vez, um texto constitucional define claramente como direito da criança de 0 a 6 anos de idade e dever do Estado, o atendimento em creche e pré-escola. Posteriormente, entramos em um período de debate em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), período que se estendeu até meados da década de 90. Nesse período, sem a aprovação da LDB, a lei maior, o Ministério da Educação, em conjunto com outros segmentos define uma política nacional para educação infantil, propondo a criação de uma Comissão Nacional de Educação Infantil (CNEI), cuja função era a de formular e programar políticas na área, atuando de 1993 a 1996.

No ano de 1994 aconteceu a Conferência Nacional de Educação para Todos, e um dos eventos preparatórios à conferência foi o I Simpósio Nacional de Educação Infantil que aprovou a Política Nacional de Educação Infantil, com o apoio da CNEI.

A partir da Constituição de 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 (ECA, Lei Federal 8069/90) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996, lei 9394/96 (BRASIL, 1996), a Educação Infantil foi colocada como a primeira etapa da Educação Básica no

Brasil, abrangendo as crianças de 0 a 6 anos, concedendo-lhes um olhar completo, perdendo seu aspecto assistencialista e assumindo uma visão e um caráter pedagógico.

Nesse momento acontece o processo de municipalização, isto é, a Educação Infantil passa a ser responsabilidade dos Municípios, com certo vínculo de verba com o Estado. De acordo com Faria (1999, p. 68), apenas hoje no Brasil, ou melhor, felizmente hoje, dez anos depois de promulgada a primeira Constituição que garante o direito à educação das crianças de 0 a 6 anos em creches e pré-escolas está tentando regulamentar as instituições de educação infantil.

Barreto (2008, p. 24) argumenta que a atenção à Educação Infantil no Brasil é decorrente das últimas duas décadas de reflexões, pois a partir da LDB a Educação Infantil passou a ser o início da Educação Básica, buscando abolir a visão assistencialista e com o olhar na formação dos profissionais que atuam nessa área.

A Educação Infantil pode ser ministrada nos seguintes estabelecimentos de ensino: berçários, creches, pré-escola, jardins de infância ou jardins escolas.

Durante muito tempo, a criança esteve sob a responsabilidade da família, era no convívio com os adultos e outras crianças que ela participava das culturas e construía as normas da sua cultura. *Nos dias de hoje* a criança tem a oportunidade de frequentar um ambiente de socialização, convivendo e aprendendo sobre sua cultura mediante diferentes interações na instituição de educação infantil, que é a primeira etapa da educação básica, e destina-se a crianças de zero a cinco anos e onze meses, visando a proporcionar-lhes condições adequadas de desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social, promovendo a ampliação de suas experiências e conhecimentos. A educação infantil teve alguns avanços e retrocessos e hoje se busca a qualidade na organização do trabalho pedagógico.

Diante disso, pode ser ressaltado que a Educação Infantil é uma preparação para que a criança entre no ensino fundamental com uma bagagem boa para sua aprendizagem; então podemos perceber o papel muito importante por parte dos docentes da educação infantil, pois eles possuem o grande desafio de preparar a criança para sua carreira estudantil.

2 – Sobre a formação de professores da Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental

Para melhor elucidar a questão do problema do ensino de Língua e Linguagem na Educação Infantil e nas Séries Iniciais, cabe aqui discutir algumas problemáticas que envolve a questão.

Em relação às licenciaturas, pode-se citar a falta de clareza no que diz respeito à definição da identidade dos cursos nas diversas áreas do conhecimento contempladas no Ensino Básico e a fragilidade dessa identidade. Cabem aqui alguns questionamentos: O que deve constar no currículo dos cursos de formação de professores da Educação Infantil e das Séries Iniciais? Que profissional se pretende formar? No caso específico do curso de Pedagogia, devem-se formar professores para os anos iniciais ou especialistas da educação? Ou ainda, seria possível formar os dois tipos de profissionais?

Ora, é sabido que esses modelos de formação foram questionados e que os ajustes feitos pela legislação foram fragmentados, não proporcionando uma integração entre as disciplinas específicas, nem praticando uma formação educacional geral e didática que considerasse o nível de ensino em que o profissional iria atuar. Após a promulgação da LDB 9.394/96 foi fixado o prazo de dez anos para que os sistemas de ensino fizessem as devidas adequações, uma vez que a maioria dos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental naquela época possuía apenas a formação no magistério de nível médio. Além disso, havia uma grande quantidade de professores leigos. Tais aspectos exigiriam tempo, esforço e financiamento para oferecer uma formação em nível superior para esses professores.

No ano de 2002 foram instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais que direcionaram princípios, fundamentos a serem considerados na organização institucional e curricular de estabelecimentos de ensino que possuíam cursos em licenciatura plena para a formação de professores da Educação Básica. No Art. 3º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores (BRASIL, 2002), encontramos os "princípios norteadores" que regulamentam a formação de professores para a prática educacional na Educação Básica: a coerência entre a formação oferecida e a prática esperada, denominada de "simetria invertida"; aprendizagem como processo de construção de conhecimento; conteúdos como instrumentos da constituição de competências; avaliação como ferramenta do processo de formação e diagnóstico de resultados; a pesquisa como foco no processo de ensino e de aprendizagem.

Ainda, conforme as mesmas diretrizes, os cursos de formação de professores para a Educação Básica deveriam, no prazo de dois anos, adequar seus projetos pedagógicos às exigências presentes nas diretrizes, e os novos cursos só seriam autorizados a funcionar se contemplassem essas exigências.

Em 2006, o Conselho Nacional de Educação instituiu as Diretrizes Curriculares Para os Cursos de Licenciatura em Pedagogia (BRASIL, 2006), que regulamenta o curso de licenciatura em Pedagogia. No que se refere ao perfil do profissional que o curso de Pedagogia deve formar, indicações relacionadas às características e aos procedimentos são encontradas no Art. 5º dessas diretrizes: esse profissional deve visar ao compromisso com a sociedade; ao desenvolvimento da criança, no que se refere à sua aprendizagem e à sua constituição como sujeito social; ensinar as diferentes disciplinas de maneira integrada; promover o desenvolvimento de aprendizagens significativas utilizando-se de novas tecnologias; estar consciente da diversidade cultural de seus alunos; preparar para atuar nas instâncias de gestão; realizar pesquisas buscando ampliar seus conhecimentos (BRASIL, 2006).

Nesse sentido, o Projeto Político Pedagógico das instituições de ensino que formam esses profissionais deve contemplar os requisitos supracitados e organizá-los de forma integrada no decorrer do curso.

Com relação à carga horária do curso de Pedagogia, o Art. 7º das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Pedagogia define a carga horária mínima em 3.200 horas de efetivo exercício acadêmico distribuídas em: 2.800 horas dedicadas às atividades formativas que englobam seminários, pesquisas, consultas à bibliotecas e a centros de documentação, visitas à instituições educacionais e culturais, atividades práticas e participação em grupos de estudos; 300 horas para Estágio Supervisionado, prioritariamente realizado em salas de Educação Infantil e nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental. Ainda, outras 100 horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos alunos, por meio da Iniciação Científica, da Extensão e da Monitoria.

As contribuições que uma disciplina que utiliza essas estratégias referenciadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Pedagogia para trabalhar os conteúdos podem trazer e vão ao encontro de construir saberes necessários à docência e proporcionar um ensino diferenciado em relação àqueles profissionais que não tiveram acesso ou cujo Projeto Político Pedagógico do curso e mesmo as práticas acadêmicas não foram contempladas. O acadêmico que conhece as Diretrizes

Curriculares do seu curso tem oportunidade de participar de atividades pautadas na compreensão dos conteúdos, o que, de fato, torna-se significativo na perspectiva da construção de saberes docentes para os professores em formação.

3 - As Concepções de língua e linguagem na educação infantil

Sabemos que ensinar língua portuguesa, significa, na prática pedagógica tradicional, obrigar o brasileiro a decorar um conjunto interminável de prescrições sintáticas, consideradas corretas, impondo uma série de pronúncias artificiais que não refletem nenhuma variante real e, também, é cobrar um conhecimento de uma nomenclatura falha, incoerente, inconsistente e ilógica, com definições contraditórias e incompletas; mais do que isso, na prática pedagógica, ensinar língua portuguesa é transmitir uma ideologia linguística que prega a incompetência da grande maioria dos brasileiros, desprezando e menosprezando as identidades individuais, esmagando a autoestima.

É comum ouvirmos expressões como “Não entendo a gramática” e, ao ouvir isso, percebemos uma sentença gramaticalmente perfeita. Isto quer dizer que, os que assim se expressam, conhecem a gramática da língua, mas não se identificam com a gramática escolar, aquela que internalizaram quando pequenos. As gramáticas escolares estão dissociadas dessa outra gramática natural, internalizada.

Para que o ensino gramatical se torne eficiente é necessário, desde a Educação Infantil e as Séries Iniciais, levar o aluno a refletir sobre a sua fala e escrita como ponto de partida, formular perguntas sobre as características do idioma de forma sistematizada, assistindo ao aluno na busca de respostas. Com o passar do tempo o aluno, na medida em que avança na Educação Infantil e nas séries iniciais será levado a se apropriar de escritas mais elaboradas, o que é obrigação da escola. Ele precisará desse conhecimento para ir do seu mundo familiar, infantil para um maior, o da sociedade.

Mas não pode começar desse ponto em seu percurso escolar. O engano nas aulas de língua portuguesa na Educação Infantil e nas séries iniciais é colocar o ponto de chegada como ponto de partida: achar que o ensino tem a ver com o que está codificado e encerrado na gramática, a partir do que devemos fazer exercícios e cópias, significa afastar o aluno da reflexão. Porém, é com aquele mundo linguístico primeiro da Educação Infantil e das Séries Iniciais que ele está sendo envolvido que devemos começar a prática escolar. É necessário inverter o jogo. Se puser a criança a indagar de forma sistemática, a aula não se limitará à exposição professoral, será uma busca científica da

criança, no nível dela, é claro. A criança deve ser estimulada a buscar respostas às suas perguntas em lugar de receber as respostas às perguntas que ela não fez. Isso exige do professor das séries iniciais um forte conhecimento linguístico, pois há um programa pela frente durante o ano letivo e ele deve ter noção do rumo que toma. O que está por trás de uma gramática falada na Educação Infantil e nas Séries Iniciais é a possibilidade de trocar a ideia de curso pela de percurso, justamente porque na oralidade encontramos intacto o processo de criação linguística da criança, que é quase invisível na escrita. Se a criança, depois de alfabetizada e já em condições, fizer transcrições de entrevistas, os processos ficarão evidentes, facilitando a formulação de perguntas.

Achadas algumas respostas, a criança pode comparar seus achados com os dos professores e cada resposta levará a mais perguntas. Ela será envolvida num raciocínio sem fim. A reflexão sobre a língua é isso: não tem fim. Nunca se vai dizer que já descreveu tudo. Este é outro problema da gramática tradicional e, consequentemente, das aulas de língua e linguagem na Educação Infantil, nas Séries Iniciais e, consequentemente de toda a Educação Básica, ela passa a impressão de que tudo está lá. A língua é mais complexa do que isso. O interessante é mostrar essa complicação e como podemos nos movimentar em meio a ela. As pessoas acham o português chato porque lhes foram dadas respostas à perguntas que não fizeram. A língua popular é mais criativa. A pessoa não está pautada pela escola, que não frequentou. Não tem a ideia de tradição. A pessoa culta é conservadora, pois herdeira de tradição de 6.000 anos de história. Mudamos menos a língua nessa variedade, pois nos sentimos patrulhados. As mudanças tendem a vir do popular que, em dado momento, a classe culta passa a aceitar. As regras normativas são calcadas na observação de como essas pessoas falam e escrevem. O gramático não inventa, ele observa os dados da língua e, quando suspeita que algo já começa a ser aceito, registra o fato sob a forma de regra.

Em relação ao preconceito linguístico, a escola, especialmente na Educação Infantil e nas Séries Iniciais, precisa deixar o padrão para o fim da Educação Básica, pondo no início a observação das variedades linguísticas. A criança precisa ser informada de que a sociedade exige o padrão, tem de optar por aquilo que foi chancelado pela classe que dita os padrões do país, não só na língua, mas na roupa, na vida, no pensamento. O objetivo da escola é formar o cidadão a falar de modo prestigioso, mas a aula pode virar um lugar de problematização, não de transferência de achados feitos pelos gramáticos e linguistas, que são peritos e profissionais. As crianças da Educação Infantil e das Séries Iniciais podem pensar a sua língua, podem fazer descrições e ver o que elas acham, se coincidem consigo, se perceberam coisas, podem comparar o seu resultado com o de outros colegas.

3.1 A Crise no Ensino de Língua Portuguesa

Como estudantes e futuros professores, temos consciência da crise que o ensino de língua portuguesa está passando, não conseguindo nem ao menos cumprir os seus objetivos básicos que são: desenvolver a competência comunicativa, o domínio da norma culta e da variedade escrita da língua, o conhecimento da forma e da função da língua e também o pensamento e o raciocínio.

É comum vermos cada vez mais o desinteresse estampado no rosto dos nossos alunos e consequentemente, a desmotivação dos professores. Perante esta situação nos perguntamos: Por quê tanto descaso com a língua em que nos comunicamos? Qual a razão que levou a isto? Será que tem solução?

Foi a partir destas indagações que assumimos a postura de pesquisadores preocupados com o ensino de Língua Portuguesa na Educação Infantil e nas Séries Iniciais e decidimos, através de uma pesquisa bibliográfica, destacar as principais causas dessa crise propondo algumas soluções para se trabalhar com a língua na Educação Infantil e Séries Iniciais, já que a maneira usada até agora não está conseguindo cumprir sua função.

A partir da leitura de alguns teóricos da língua, destacamos as principais causas da crise no ensino, e também apontamos alguns caminhos que podem levar os professores da Educação Infantil e Séries Iniciais a mudarem, ou a melhorarem seus métodos e práticas educacionais. Acreditamos que, com as questões levantadas no decorrer deste trabalho, poderemos fazer uma discussão interessante e relevante cujo maior beneficiário será as nossas crianças, futuros cidadãos.

3.2 Concepções de Linguagem

Uma questão importante para o ensino de língua na Educação Infantil e nas Séries Iniciais é a maneira como o professor concebe a linguagem. Uma diferente concepção constrói não só uma nova metodologia, mas principalmente um novo conteúdo de ensino.

De acordo TRAVAGLIA, (2002) a linguagem tem como objetivo o meio de comunicação para expressar o que pensamos e sentimos, é um poderoso meio de transmissão e de aquisição de conhecimentos; também pode se dizer que a linguagem é a representação do pensamento por meio de sinais que permitem a comunicação e interação entre as pessoas.

Essa primeira concepção da língua é a **língua como expressão de pensamento;** nessa concepção, o fato das pessoas não saberem pensar traz a consequência de que elas não consigam se expressar; a linguagem traduz a expressão que se constrói no interior da mente.

Dessa forma, acredita-se que quem fala ou escreve bem, seguindo e dominando as normas que compõem a gramática da língua, é um indivíduo que organiza logicamente o seu pensamento. Para esta concepção a expressão é construída na mente e sua exteriorização é apenas uma tradução organizada e segue certas regras do falar e escrever bem. Esta visão de linguagem não leva em consideração o contexto em que a enunciação acontece, considerando-a um ato individual.

Ainda, de acordo com TRAVAGLIA, (2002), a segunda concepção de língua vê a **língua como instrumento de comunicação entre os indivíduos**, sendo a língua um código combinado de regras; com isso facilita o emissor transmitir certa mensagem ao receptor. A comunicação só será estabelecida quando o emissor e receptor conhece o código que é utilizado.

Nesta segunda concepção estuda-se a língua como código isolado de sua utilização afastando desta forma, o indivíduo falante do processo de produção, apenas levando em conta o processo de codificação (o ato de transformar a mensagem em códigos) e a decodificação (após o receptor receber esses sinais codificados ele transforma de novo em mensagem).

Ainda, conforme TRAVAGLIA, (2002), a terceira concepção relata que a **língua é uma forma ou um processo de interação humana,** como um lugar de constituição de relações sociais; com isso corresponde que ela representa as correntes e a teorias de estudo da língua correspondentes.

Para a terceira concepção, **a linguagem é uma forma ou processo de interação** em que o indivíduo, além de traduzir e exteriorizar um pensamento ou transmitir informações, ele também realiza ações, age, atua sobre os interlocutores e etc., levando em consideração todo o contexto sócio histórico e ideológico.

Cabem aqui também, distinguir os três tipos de gramática vigentes, pois cada concepção dessas resulta em práticas completamente distintas entre si, tais como as concepções de língua. a) **Gramática tradicional:** Nesta primeira concepção a gramática é vista como um manual com regras de bom uso da língua a serem seguidas por todos que queiram falar e escrever corretamente. (Este tipo de gramática, também conhecida como normativa, privilegia apenas a língua culta tratando as outras variações como erros, desvios, deformações e etc. b) **Gramática descritiva**: É um conjunto de regras usadas pelos falantes e analisadas por "estudiosos" da língua, com base em determinada

teoria ou método. Esta gramática faz uma descrição da estrutura e do funcionamento da língua. São representantes desta concepção as teorias estruturalistas, a gerativa-tranformacionalista entre outras. As gramáticas do primeiro tipo preocupam-se mais com o como deve ser dito enquanto que as do segundo ocupam-se exclusivamente em como se diz. c) **Gramática internalizada**: Designa um conjunto de regras que o falante domina. Esta gramática viva ou natural como denomina LUFT (2000) constitui a competência linguística de cada falante. Sempre que alguém fala o faz segundo regras de certa gramática e a maior prova disto é que falam; e não se inventam regras para falar. Pelo conhecimento dessas regras pode se dizer que o falante sabe sua língua.

O que vemos em nosso sistema educacional, desde a Educação Infantil e as séries iniciais, é somente o ensino de gramática do primeiro tipo, em que o aluno é levado a estudar as regras das línguas para falarem e escreverem corretamente usando como modelo os escritores clássicos desprezando desta maneira a fala do aluno. Vejamos o que diz Sírio Possenti em *Gramática e Política* (1984, p. 36).“De degrau em degrau, excluindo a oralidade, a escrita não literária, a escrita literária moderna, o que tais gramáticas nos apresentam é, antes de mais nada, uma língua arcaica em muitos de seus aspectos”.

Segundo alguns teóricos são nas gramáticas deste tipo que surgem os preconceitos linguísticos, por ela não aceitar outras variações da língua. Para Gnerre (1985, p.25):

> A língua é o único lugar em que a discriminação é aceita. Em nenhum documento está dito que não se tem o direito de discriminar alguém por causa de seu sotaque ou de qualquer outra peculiaridade linguística, embora se condene claramente a discriminação quando baseada em fatores como religião, cor, ideário político e etc.

Ainda, de acordo com Gnerre (1985, p. 06) “Uma variedade linguística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade os seus falantes isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais”. (p.12). O que equivale dizer que os preconceitos relacionados à cor, sexo, religião e etc. são condenados (cabendo até um processo judicial), ao contrário dos preconceitos linguísticos que continuam cada vez mais presentes na nossa sociedade

Segundo Bagno (2005, p. 28): “O português não padrão é vítima dos mesmos preconceitos que pesam sobre as pessoas que o falam. Ele é considerado feio, deficiente, pobre, errado, rude, tosco, estropiado”. Deveria ficar claro que o português não padrão não é ‘pobre’ nem ‘errado’. Pobres são sim, aqueles que o falam, e errada é a situação de injustiça social em que vivem.

Possenti (1999, p. 65) complementa:

> [...] mas por que a escola estigmatiza a variedade do aluno, afirmando, muitas vezes; que ele fala 'errado'? Pela simples razão de que a escola, além de não ter subsídios linguísticos para entender esta questão faz uso da diferença da variedade para alargar o abismo existente entre as classes sociais: desprestigiar a língua de alguém significa desprestigiar a vida, a história e a cultura deste alguém.

Alguns estudiosos acreditam que a segunda concepção de gramática, se usada no processo de ensino teria melhores resultados, pois só assim discutiria a organização da língua a partir de parâmetros linguísticos. Sendo a gramática um conjunto de regras que descrevem o funcionamento de uma determinada língua, todas as variedades têm uma gramática subjacente a elas, já que são passíveis de descrição. Mas Sírio Possenti (1999, p.32) diz que mesmo assim devemos ter cuidado, porque gramáticas deste tipo são políticas pelo menos em três sentidos:

> a) Em primeiro lugar porque, embora se baseiam na oralidade, a construção dos modelos e, na verdade, o corpus utilizado levam sempre, imperceptivelmente, talvez, para a consagração da variedade padrão como representante ideal das regras da língua; b) Em segundo lugar, tais gramáticas são políticas na construção e delimitação do objeto: conforme o que excluem ou incluem no objeto da teoria, efetuam um recorte dos fenômenos que imediatamente denunciam as ligações ideológicas da teoria gramatical como certas concepções de outros fenômenos sociais. Como o Estruturalismo americano ligado diretamente ao behaviorismo, e a Gramática-gerativa, que apela fortemente para o inatismo; c) pela exclusão que tais gramáticas promovem ao aspecto histórico das línguas, das razões sociais das mudanças. A doutrina da precedência da sincronia vem de par com uma concepção de língua como sistema independente de fatores extralinguísticos, excluindo totalmente o papel da história e das reais relações entre os falantes.

Seria melhor se nas escolas, em especial na Educação Infantil e nas Séries Iniciais, também se trabalhasse com gramáticas do terceiro tipo, apesar de que, para isso, seria preciso políticas educacionais voltadas a esse propósito.

3.3 Concepções de Língua

Para se fazer um estudo em que o objeto de pesquisa é a língua é relevante que se tenha noção dos três conceitos que existem, pois a língua articula visões de mundo e a forma de ensiná-la vai determinar um tipo de leitura da realidade. Pode se dizer que há um conceito de língua compatível a cada conceito de gramática e também de linguagem, vistos anteriormente. Vista a língua de certa forma ver-se-á a natureza e a função da gramática de uma forma compatível.

O primeiro conceito de língua, chamado de **língua padrão** ou **norma-culta**, é a que aceita apenas uma das variedades linguísticas, a utilizada por pessoas cultas. Com isso, qualquer outro tipo de variação é considerado erro, desvio ou como não pertencentes à língua. O segundo conceito de língua, ligada à gramática do segundo tipo, é vista como um **conjunto de signos que se combinam seguindo determinadas regras.** Esse código deve ser dominado pelos falantes para que a comunicação possa ser efetivada. Partindo do pressuposto que os falantes não falam uma língua uniforme e não falam sempre da mesma maneira, a terceira concepção vê a **língua como um conjunto de variedades** utilizadas por uma determinada comunidade.

3.5 Características da Língua.

De acordo com Emília Ferreira (1980) a língua é compreendida como um tipo de código formado por palavras e leis combinatórias por meio do qual as pessoas se comunicam e interagem entre si; há uma variedade de línguas.

A linguagem se faz, pois, pela interação comunicativa mediada pela produção de efeitos de sentido entre interlocutores, em uma dada situação e em um contexto sócio histórico e ideológico, sendo que os interlocutores são sujeitos que ocupam lugares sociais.

Em um tempo não muito distante, acreditava-se que ensinar Língua Portuguesa era simplesmente fazer os alunos decorarem uma mera listagem de regras da gramática normativa. As classes gramaticais e as regras ortográficas, por exemplo, eram expostas ao estudante de forma desvinculada da realidade cotidiana do uso da língua.

Nessa postura, enxergava-se o processo ensino/aprendizagem apenas sob um ponto de vista - o do ensino -, considerando que essa forma de ensinar levasse o aluno a aprender. Ignorava-se que esses dois lados do processo (ensino/aprendizagem) são duas faces diferentes de uma mesma unidade, ou seja, que o fato de estar ensinando algo nem sempre significa que o aluno esteja aprendendo, pois reproduzir o conhecimento é muito diferente de construí-lo e de produzi-lo.

Hoje, a tendência propõe que certas atividades sejam feitas diariamente com os alunos de todos os anos para desenvolver habilidades leitoras e escritoras. Entre elas, estão à leitura e escrita feita pelos próprios estudantes e pelo professor para a turma (enquanto eles não compreendem o sistema de escrita), as práticas de comunicação oral para aprender os gêneros do discurso e as atividades de análise e reflexão sobre a língua.

A leitura, coletiva e individualmente, em voz alta ou baixa, precisa fazer parte do cotidiano na sala. "O mesmo acontece com a escrita, no convívio com diferentes gêneros e propostas diretivas do professor. O propósito maior deve ser ver a linguagem como uma interação", explica Francisca Maciel, diretora do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale), em Belo Horizonte.

O desenvolvimento da linguagem oral, por sua vez, apesar de ainda pouco priorizado na escola, precisa ser trabalhado com exposições sobre um conteúdo, debates e argumentações, explanação sobre um tema lido ou leituras de poesias. O importante é oferecer oportunidades de fala, mostrando a adequação da língua a cada situação social de comunicação oral.

3.6- Ensinos de língua e linguagem na Educação Infantil

O ensino de língua e linguagem na Educação Infantil e Séries Iniciais devem ser ensinados na escola de forma planejada e sistematizada, pois através deste ensino é que a criança tem o controle na enunciação e o domínio da palavra e da escrita no processo da aprendizagem.

A língua escrita e a língua falada não é a mesma coisa. Devem, portanto, ter momentos separados de ensino. O fato de que escrita e oralidade dispõem do mesmo sistema de signos linguísticos não significa que ambas sejam de natureza semelhante. Aprende-se a falar, falando e, a escrever, escrevendo.

Segundo Miriam Lemle (2001), o modo de falar de uma pessoa permite saber se ela é ou não nascida e criada na mesma região aonde nascemos. Podemos até saber a que classe social uma pessoa pertence ouvindo-a falar.

Por que não falamos todos dos mesmos modos? É que todas as línguas mudam numa sucessão de passos, pois cada nova geração de uma comunidade introduz alguma mudança na língua.

Algumas pessoas, quando percebem mudanças na língua, reagem como se tivesse sofrido ofensa moral. Essas pessoas creem que a nova língua é inferior à anterior no que diz respeito à beleza e à possibilidade de veicular ideias, conhecimentos, pensamentos, cultura. Alguns, até lutam em favor da conservação da língua. Isso acontece há muitos séculos.

Para seus alunos aprenderem a falar publicamente, ensine-os a observar e a refletir sobre a fala produzida em diferentes situações comunicativas. Leve para a sala de aula, por exemplos, DVD e Computador, se houver disponibilidade, leve-os para locais onde possam acompanhar ao vivo

algum tipo de situação comunicativa. Por exemplo, a Câmara Municipal da sua cidade. Mostre a eles que, em cada caso, há diferentes propósitos e que são utilizadas técnicas linguísticas específicas.

O objetivo dos PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais), um documento oficial do Ministério da Educação para as diretrizes na Educação Infantil é de colaborar com as políticas e formação dos programas de educação infantil, respeitando o desenvolvimento natural da criança, suas expectativas vividas, embasando no respeito à dignidade e direitos das crianças, nas suas diferenças individuais, econômicas, sociais, culturais, étnicas e religiosas; os PCN destaca o direito que a criança tem de brincar, expressar, pensar, interagir e comunicar-se com o meio social com isso ampliando seu desenvolvimento, suas capacidades, expressão, comunicação, interação social, pensamento, ética, socialização, participação com tudo isso trazendo às crianças um processo de ensino aprendizagem de boa qualidade. Os educadores devem seguir currículos de ensino respeitando a diversidade da sociedade brasileira.

A Educação infantil deve ser concebida em todos os âmbitos e políticas públicas educacionais fazendo cumprir o papel socializador, desenvolvendo a identidade da criança através de interações. Portanto, educar significa propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada, que contribuam para o desenvolvimento de capacidades infantis de relação interpessoal, atitude de aceitação, respeito e confiança e acesso aos conhecimentos da realidade social e cultural.

Cuidar é valorizar capacidades ligadas às influências de crenças, valores, de saúde e do desenvolvimento infantil.

O professor deve propiciar ambiente acolhedor, organizar brincadeiras, discussões, aprendizagens orientadas dando-lhes oportunidade de expor pensamento, ideias, valores, levando em conta sua autoestima e confiança. Relacionar com novas informações e interações como a individualidade e a diversidade, desafios em atividades significativas, próximas às práticas sociais, como se escrever para enviar uma mensagem. Considerar individualidade significa respeitar e valorizar como enriquecimento pessoal e cultural.

O trabalho com a oralidade tem como objetivo desenvolver as habilidades linguísticas de falar e de escutar. E, nesse caso, escutar não significa apenas demonstrar respeito pelo interlocutor, mas também observar a argumentação, o encadeamento de ideias e até apropriar-se da lógica por ele utilizada, se for necessária uma contra argumentação.

Planejar e sistematizar as atividades com oralidade significa inseri-las no planejamento escolar feito antes do início do ano letivo. Para colocar as atividades em prática, você precisará fazer a seleção de material que sirva de modelo para o aluno (DVD e Computador, por exemplo) e planejar o trabalho extraclasse. A avaliação deve também ser prevista para ocorrer em todos os momentos. Faça avaliações diagnósticas para poder definir o ponto de partida do seu trabalho, planeje formas de avaliação durante as atividades (relatórios de acompanhamento, conversas com os alunos) para que, se for o caso, você possa intervir e redirecionar as atividades.

As atividades de oralidade deve proporcionar a curiosidade no processo de aprendizagem, o educador deve elaborar um plano de atividade que interaja as crianças. Através da leitura de um conto infantil pode se trabalhar na criança conhecimentos prévios relacionados às histórias contadas, discussão sobre o tema, desenvolvendo ação de comunicação oral, acolhendo e considerando as opiniões e respeitando os diferentes modos de falar.

Segundo Magda Soares (2003):

> Letramento não é alfabetização, esta é que é um processo de 'pendurar' sons e letras (ganchos); costuma a ser um processo de treino, para que estabeleçam as relações entre fonema e grafemas, um processo que desmonte da estrutura linguística.

Sendo assim, o letramento permite oferecer várias condições didáticas em que se permite levar o educando, através do lazer e do prazer, ler em diferentes lugares sob diferentes condições de ensino aprendizagem.

Através da leitura se desenvolve várias atividades de oralidade, pois através da história contada a criança terá sua imaginação despertada para a oralidade; e ajuda também na aquisição da fala; além de ser uma maneira de aprender com as crianças enquanto ela aprende com você, resgatando a cultura de seus antepassados, vivendo e vivenciando na sociedade (mundo) atual.

O professor deve sempre buscar muitas alternativas de ensino da linguagem, pois através de muito trabalho é que as crianças conseguirão aprender mais sobre a linguagem, através de aulas dinâmicas que possam levar a criança à descoberta no mundo da língua e linguagem.

A dinâmica através das brincadeiras tem sido peça fundamental para os professores levar as crianças no processo de ensino aprendizagem. Na educação Infantil e Séries Iniciais, o processo de ensino de língua e linguagem deve ser muito planejado para interagir cada criança.

O livro *Guia teórico do Alfabetizador*, da autora Miriam Lemle (2001), traz alguns exemplos de atividades para trabalhar a linguagem na educação infantil.

- O educador pode trazer para escola exemplos de símbolos: escudos de times de futebol, bandeiras de clubes e de países, sinais de trânsito, apitos convencionais de guardas de trânsito, gestos de língua de sinais manuais dos surdos-mudos, símbolos religiosos, emblemas, amuletos. Exercícios de discriminação das formas das letras através do desenho de pequenas formas, círculos, traços, cruzes, quadrado, ângulos, curvas, espirais, composições com várias unidades de formas diversas.

Na escola de antigamente, as crianças preenchiam páginas e mais páginas com linhas verticais enfileiradas, linhas inclinadas, circulozinhos, arquilhos e exercícios e mais exercícios de traçados, antes de começar a alfabetização. Hoje, esse modelo de ensino se mostra ultrapassado e sem nenhuma consequência prática para o desenvolvimento intelectual da criança.

Miriam Lemle (2001) propõe ainda trabalhar:

- Atividades que trabalhe a discriminação dos sons da fala, criando listas de palavras que rimam (rimas perfeitas, rimas imperfeitas), de canções que apresentam repetições de sílabas. Tomar uma mesma melodia e cantá-la em diversas sílabas: la-la-lala, ta-ta-tata, pum-pum-pumpum,bim-bim-bimbim. Brincar de telefone sem fio, imitar sotaques.

- Trabalhar a consciência da unidade da palavra, com objetos a vista incentivando a aprender palavras novas, partes do corpo, termos de parentescos, acidentes geográficos, profissões, bichos, plantas, frutas, sentimentos, atividades, comidas, instrumentos. Localizar a mesma palavra colocada em duas posições diferentes em duas sentenças diferentes. Contar quantas palavras há numa expressão: “Macaco feio - quantas palavras têm?”; “Água fria-quantas palavras tem?”; “Zico fez go l- quantas palavras têm?”

- E também a atividade da organização da página escrita, ler brincando, colocar pequenos textos na pedra, memorizá-los e recitá-los de memória, apontando para as palavras correspondentes à medida que a recitação vai prosseguindo.

A infância é um momento fundamental para que a criança passe a adquirir sua emancipação mediante a leitura. Só aos oito anos e aos treze anos de idade é que a criança desperta o interesse para a leitura.

Martins (2010) chama a atenção para um contato sensorial com o objeto livro, que, segundo ela, revela "um prazer singular" na criança. Na leitura, por meio dos sentidos, a criança é atraída pela curiosidade, pelo formato, pelo manuseio fácil e pelas possibilidades emotivas que o livro pode conter. A autora comenta que "esse jogo com o universo escondido no livro pode estimular no pequeno leitor a descoberta e o aprimoramento da linguagem, desenvolvendo sua capacidade de comunicação com o mundo".

É de suma importância professores e pais mostrarem ao aluno como é importante a leitura ensinando a criança a criar elo com os livros para que assim eles possam crescer criando um vinculo com a leitura.

Em meio a tantas tecnologias é fundamental ainda mostrar aos alunos a importância de realizar leitura e de relatar a eles seus benefícios, pois é através da leitura que se aprende a escrever e desenvolver belos trabalhos. Na Educação Infantil se inicia o processo de aprendizagem das crianças, cabe ao educador enfatizar aos futuros estudantes o quanto é importante ler e não somente realizar a leitura, mas também navegar na leitura como se estivesse realizando uma viagem em determinado assunto; é na e pela leitura que se consegue realizar a produção de textos, a escrever e aprender a linguagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino de linguagem na Educação Infantil e nas Séries Iniciais tem sido um desafio para o educando e para o educador, pois há muitas crianças para pouco educando; uns possuem grande facilidade na aprendizagem outros necessitam de um acompanhamento mais severo. Também, nessa etapa, a criança necessita de um apoio familiar, pois nesse processo de aprendizagem a criança se espelha tanto em casa como na escola.

Há grandes problemas nessa etapa, pois pelo fato de ter muito aluno tem professores que não estão preparados para passar aos seus alunos o ensino correto da linguagem; consequentemente eles terão dificuldades no processo de aprendizagem.

Nessa fase a criança necessita de atividades que possa chamar a sua atenção para sua aprendizagem, mas infelizmente há muitos educandos que não possuem habilidades em desenvolver essas atividades.

A criança precisa ser estimulada para desenvolver sua linguagem; através da brincadeira a criança consegue se interessar no assunto a ser tratado; o docente deve, através do brincar, levar os alunos a descobrir a aprendizagem levando a brincadeira como uma bagagem de ensino.

O grande problema do processo de aprendizagem na Educação Infantil é que os pedagogos levam o seu ensino para parte do cuidar e não do ensinar; a criança precisa de formas de ensino que possa prender sua atenção, e isso só será possível com muito preparo por parte dos docentes. Sabemos que a Educação Infantil não é fácil, pois são muitos alunos para poucos docentes, mas é necessário que os pedagogos criem bagagem que facilite seu ensino. Só assim o processo de aprendizagem na educação infantil surtirá efeito, pois cabe aos docentes sempre buscar novas formas para realizar seu trabalho. Com tantos problemas, ainda podemos fazer grande diferença no processo de aprendizagem da linguagem.

REFERÊNCIAS

BELLO, José Luiz de Paiva. **História da Educação Infantil.** Rio de Janeiro. 1998.

CAMPOS, Maria Malta; ROSEMBERG, Fúlvia; FERREIRA, Isabel M. **Creches e pré-escolas no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1995.

AZEREDO, José Carlos de. **Língua portuguesa em debate:** Conhecimento e Ensino. Rio de Janeiro. Vozes. 2002

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental:** língua portuguesa/ Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília. MEC/SEF. 1998

TRAVAGLIA, L. C. ***Gramática e Interação****: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo. Cortez. 1997*.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa**: de 1ª a 4ª série, Secretária de Educação Fundamental. Brasília. 1997. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf Acesso: 02/09/2014.

POSSENTI, Sírio. **Gramática e Política**. **In:** GERALDI, João W. (org.). **O Texto em Sala de Aula.** Ed. Assoest. Campinas. 1984.

GNERRE Maurizzio. **Linguagem Escrita e Poder.** Martins Fontes. São Paulo. 1991.

SOARES, Magda. As muitas facetas da alfabetização. In: Alfabetização e letramento. São Paulo: Contextos, 2003.
LEMLE, Miriam. **Guia teórico do Alfabetizador**. Ática. Rio de Janeiro. 2001.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. ***Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores*** **/** Secretaria de Educação Fundamental.- 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. ***Diretrizes Curriculares Para os Cursos de Licenciatura em Pedagogia***. Brasília. MEC/SEF. *2006*

Sites Consultados:

http://www2.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/16041/pcns-educacao-infantil

http://www.infoescola.com/comunicacao/linguagem-verbal-e-nao-verbal/

http://maisprofessores.blogspot.com.br/2013/04/linguagem-verbal-nao-verbal-mista-e.html

http://revistaescola.abril.com.br/lingua-portuguesa/fundamentos/papel-letras-interacao-social-432174.shtml